

A ILHA DE SANTA CATARINA E O SEU CONTINENTE NA LUTA PELA HEGEMONIA PORTUGUESA E NA FIXAÇÃO DA CULTURA LUSITANA NO BRASIL MERIDIONAL

Walter F. Piazza*

1. Introdução

Defrontavam-se duas concepções geográficas nos últimos anos do século XV. De um lado aqueles que, baseados nas idéias da redondeza da terra pregavam "al oriente per lo ocidente", notabilizado, mais tarde, por Cristovão Colombo, e eram, portanto, partidários do chamado "ciclo ocidental". De outra parte havia aqueles que propunham uma rota marítima navegando ao longo da costa ocidental da África, e propendendo ao oriente, e eram propugneradores do chamado "ciclo oriental".

E, das idéias nasceram as grandes buscas do oriente dos tecidos finos, das especiarias, das fabulosas riquezas.

Essas aventuras geraram portulanos e mapas, fizeram crescer as técnicas de navegação, aprimoraram as embarcações e os apetrechos náuticos.

*Da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Surgem, pois, ações para conhecimento das inovações, e para resguardar aquelas invenções e aqueles conhecimentos usam-se subterfúgios, desenvolvem-se técnicas de despistamento.

Tem-se, assim, aquilo que se denominou de "política do sigilo".

2. A Discutida "Política de Sigilo"

Preliminarmente é deveras importante dizer como os descobrimentos marítimos foram conduzidos pelos portugueses.

Daí a necessidade de ser conceituado o que foi a "política de sigilo".

Ressalte-se que é "uma política de Estado, posta em prática como parte de uma estratégia globalizante que visava também o prosseguimento em melhores condições de passos futuros no processo expansionista".

Foi, pois, uma atuação de espionagem e de contra-espionagem adotada pelos países mediterrâneos, especialmente, os ibéricos, abarcando vários procedimentos, donde deve ser salientado que a "política de sigilo" não se refere aos Descobrimientos "na sua expressão mais simples", mas sim "ao descobrimento econômico de novas regiões produtoras ou das estradas marítimas que aí levavam", assunto exaustivamente tratado por Cortesão, quando reflete que todos os atos que se fizeram estavam conectados à política de Estado Português e que lhe dá vantagem nas discussões posteriores com o vizinho peninsular.

Assim se procedeu com relação à confecção de mapas e cartas náuticas, à melhoria dos equipamentos de bordo, como, também, ao formato das embarcações e a sua capacidade de armamento e de tripulação.

Desta forma, havendo ou não uma "política de sigilo", abrangente ou não, conforme as discussões até agora confrontadas, pode-se dizer que diversos fatos foram, a seu tempo, escamoteados por ambas as Coroas Ibéricas.

3. Os Tratados de “Partição do Mar Oceano”

A espionagem e a contra-espionagem fazem com que ambas as nações ibéricas saibam o que se produz e se faz na sua vizinha.

Os portulanos e mapas são copiados e comerciados por interessados em novos caminhos e novas rotas.

Até 1448 quando André Bianco desenhou o seu portulano Portugal ainda esquadrinhava o litoral africano, em navegação de cabotagem, que tivera em 1434 a ação de Gil Eanes dobrando o Cabo Bojador.

Tem-se, a partir de então, um crescendo nas disputas políticas pela “partição do Mar Oceano”, que se acirram com a viagem de Cristovão Colombo, em 1492, quando da descoberta da América.

Anteriormente os Papas Nicolau V (1454) e Calixto III (1456) tinham doado a Portugal o “litoral até a Guiné e ainda mais além”, o que foi acertado no Tratado de Toledo (1480), quando é concedida à Castela a posse das Canárias, e a renúncia, a favor de Portugal, “sobre a costa desde Marrocos até a Guiné”.

Sobre este Tratado de Toledo há afirmações de que ele dividiu o Atlântico em duas porções, por um paralelo imaginário.

Assim, nesta disputa, Castela obteve do Papa Alexandre VI, a edição de uma primeira Bula, datada de 03 de maio de 1493.

Logo opôs Portugal embargos e o Papa, a 04 de maio de 1493 fazia conhecida a Bula “Inter Coetera”, fixando os limites entre Portugal e Espanha, a partir de um meridiano a ser traçado 100 léguas a oeste das Ilhas dos Açores e das de Cabo Verde, com a posse das terras descobertas e por descobrir.

A precariedade dos conhecimentos geográficos de então e diante do quadro político europeu, D. João II obteve pelo Tratado de Tordesilhas, a 07 de junho de 1494, o reconhecimento pleno dos direitos sobre a Guiné, Ilha da Madeira e dos Açores e outros territórios na África e concordou-se que a linha de demarcação fosse para 370 léguas a oeste das Ilhas do Cabo Verde e tomando como ponto de partida a ilha mais ocidental daquele Arquipélago.

Na discussão das preliminares de Tordesilhas cada uma das partes procurou demonstrar o efetivo descobrimento para fazer valer o direito de "*uti possidetis*", fixada, também, por Alexandre VI, em Bula de 25 de setembro de 1493.

À assinatura do Tratado de Tordesilhas, a 04 de junho de 1494, estiveram presentes, por parte de Portugal, representando D. João II, João de Sousa, Senhor de Sagres e de Beringel, seu filho, almotacémor, e Aires de Almada, corregedor da Corte.

Tal Tratado foi ratificado em Setúbal, a 05 de setembro de 1494.

Por Carta Patente de 07 de maio de 1495, datada de Madri, redigida em adição ao Tratado de Tordesilhas, obrigava as duas Coroas Ibéricas a constituírem Comissões demarcadoras constituídas por astrônomos e pilotos.

4. O Reconhecimento Primeiro dos "Mares do Sul"

Efetivados os descobrimentos da América e do Brasil as Coroas Ibéricas trataram de aprestar expedições para o reconhecimento das novas terras.

Assim, tem-se a expedição de Alonso de Ojeda, em 1499, na qual participa Juan de la Cosa, que debuxa um mapa (1501), onde se assinala "Sant'Ana", porção respeitante ao litoral catarinense.

Segue-se, em ordem cronológica, a expedição de Gonçalo Coelho (maio de 1501 – junho de 1502), da qual participa Américo Vespucci e é neste reconhecimento que se assinalam vários topônimos, que são sumarizados na Planisfério de Cantino e ali se registra o Cabo de Santa Marta, ponto avançado do litoral sulbrasileiro e, até hoje, com seu potente farol, é guia valioso para os navegantes.

Mas, é de capital importância, a carta de Vespucci, denominada "Mundus Novus", pela sua rápida difusão na Europa e que leva aos cartógrafos a denominarem de "América" o novo continente.

Tem-se uma descrição sensacionalista e por esta razão teve uma rápida difusão.

Ao seu amigo de infância Piero Soderini escreveu Vespucci uma carta – Lettera a Soderini –, em 1504, cujo êxito editorial foi maior que o obtido pela "Mundus Novus", apesar de sua redação ser discutível.

Tem vez, então, Fernão de Noronha (1502-1503), que passa a ter a concessão da exploração de "pau-brasil". Esclareça-se que Fernando de Noronha foi, antes de 1500, comerciante de especiarias e envolveu-se com negócios com a Coroa Portuguesa e daí adveio-lhe a oportunidade de ser donatário da Ilha que, hoje, ainda, lhe perpetua o nome.

Novamente Gonçalo Coelho, ainda com participação de Américo Vespucci (1503-1504).

Em 1504, aporta ao litoral catarinense, na baía de São Francisco, o navio "L'Espoir", sob o mando de Binot Paulmier de Gonneville, da qual se tem descrição e ali houve contato com os indígenas locais, com conseqüências culturais e sociais.

Esta expedição também trouxe para a Europa pau-brasil.

Integravam-se os portugueses Bastião de Moura e Diogo Coutinho, ex-participantes da expedição de Vasco da Gama à Índia.

Em 1514 é a vez da expedição de D. Nuno Manuel associado a Cristovão de Haro. Cristovão de Haro era um negociante belga, que vivia em Lisboa.

Para comandar a expedição D. Nuno Manoel e Cristovão de Haro contaram com os conhecimentos de João de Lisboa e Estevão Fróis, que, em junho de 1514 acharam a foz do Rio da Prata, por quanto os indígenas com os quais tiveram trato lhes apresentaram objetos de metal e um machado de prata, que ofereceram ao Rei D. Manuel.

João Dias de Solis (1515) realiza importante expedição. Perlustra o litoral sul-americano. Assinala como "baía de los Perdidos" as águas interiores entre a Ilha de Santa Catarina e o continente, local onde perdeu uma das suas embarcações e dela se salvaram onze homens, dos quais a História registra os nomes do alferes espanhol Melchior Ramirez, do marujo português Henrique Montes, encontrado posteriormente, em 1526, no "Porto de Patos" e incorporado à esquadra de Sebastião Caboto, passando-se, em seguida, a Portugal, quando faz

parte em 1531 da esquadra de Martim Afonso de Sousa e, por último neste rol é assinalado Francisco Pacheco, negro.

Em 1521, tem-se a expedição de Cristovão Jacques, percorrendo o litoral brasileiro até o Rio da Prata, e no "Porto dos Patos" encontra nove náufragos da expedição de Solis.

Assinala-se, em 1525, à expedição de Garcia Jofre de Loyasa, que não alcançou seu objetivo: a passagem meridional do Atlântico para o Pacífico, a dessa expedição se desgarra Dom Rodrigo de Acuña, que chega ao "Porto dos Patos", em abril de 1526, com a nau "San Gabriel".

Encontrou quatro cristãos, sobreviventes da caravela naufragada da esquadra de Solis.

Dos indígenas da região recebeu Acuña farinha, feijão, galinha, mel, lenha, e até refez os estragos havidos na "San Gabriel".

Dessa expedição, de 70 e tantos homens, entre mortos e desertores, ficaram no "Porto de Patos" quarenta e tantos, dos quais dezessete desertores, e destes se identificaram Luís de Leon, Miguel Biscainho, Nicolau Cañón, Pedro Ayala e um certo Durango.

Aporta ao litoral sulbrasileiro a expedição de Sebastião Caboto, financiada por banqueiros, dos quais os Welser forneceram grandes quantias. Compunham a expedição a nau capitania "Victoria", "Santa Maria del Éspinar" e "Trinidad", navios redondos e a caravela "Portuguesa".

Saindo de Sanlúcar de Barrameda a 03 de abril de 1526, alcança em junho o litoral de Pernambuco, onde tem notícias dos desertores de Acuña e dos náufragos de Solis, e daí demanda para o sul e alcança o "Porto dos Patos" a 19 de outubro daquele ano de 1526, ali se alojando, abrigando-se em ranchos de palha.

Abasteceu-se de carnes de animais silvestres, milho, inhame, mel, mandioca, palmitos, peixes e mariscos.

Refez sua esquadra, pois perdera a nau capitania e constrói uma galeota, que denomina "Santa Catarina".

Do contingente humano, atacado de impaludismo, perdeu seis homens.

Ao partir da Ilha de Santa Catarina levou quatro filhos de chefes indígenas, ali conseguiu a adesão de Henrique Montes, grande "língua" e adestrado marujo, e desterrou Francisco de Rojas, comandante da "Trinidad", Martin Mendes, tenente-general e seu imediato, e Miguel de Rodas, piloto da capitania, por se encontrarem doentes, e outros cinco membros da expedição desertaram: João de Alzola, Pedro Franco, Cristovão de Guevara, Juan de Valdez e Pedro Veneziano.

A denominação da Ilha de Santa Catarina lhe é atribuída por alguns estudiosos. Há quem atribua como homenagem à Santa Catarina de Alexandria, festejada a 25 de novembro, e outros à sua esposa, Catarina Medrano com quem não vivia bem. Nos seus mapas, publicados em 1544, chamou-a, no entanto, de "Porto dos Patos".

Participou dessa expedição, como tesoureiro da Armada, Alonso de Santa Cruz, autor do "Islario General", onde se inclui uma projeção cartográfica da Ilha de Santa Catarina.

Na mesma época, a 15 de janeiro de 1526 partia da Espanha, a quem servia, Diogo Garcia (Diego?), português, residente em Moguer, e que assinala ter Francisco de Rojas, embarcado em um bergantim, dirigiu-se a São Vicente e salva-se, assim, do degredo que lhe impusera Sebastião Caboto.

No mesmo ano (1527) Cristovão Jacques destruiu naus francesas no litoral da Bahia, onde capturou bom número de franceses.

Como se vê é intenso o reconhecimento do litoral sulbrasileiro, quer pelos espanhóis, quer pelos portugueses, sem falar dos corsários franceses e ingleses, porquanto a indefinição do meridiano a ser traçado a partir do Tratado de Tordesilhas.

Tal fato provoca em D. João III o desejo de ocupação das suas terras no Novo Mundo.

5. As Causas do Vazio Demográfico do Brasil Meridional

Para bem se compreender as causas do vazio demográfico do Brasil Meridional devem-se considerar aquelas econômicas, políticas e de razões familiares, das quais se tratará.

Como causas econômicas deve-se considerar que a exploração comercial no Brasil ficou vinculada ao corte e exportação do "pau-brasil", existente basicamente sempre acima do Trópico de Capricórnio, alijando o Brasil Meridional da atividade econômica dali advinda e, portanto, não gerando riquezas, nem aglomerados humanos expressivos.

Outro fator foi o advento e o crescimento da produção açucareira, a partir da Capitania de São Vicente para o norte.

E, ainda, como fator negativo, a procura de ouro e riquezas minerais centrada no Brasil Central, especificamente em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Estes são, pois, fatores excludentes do crescimento econômico do Brasil Meridional, nos séculos XVI e XVII, e a formação de um grande vazio demográfico na região.

As pequenas povoações que se formavam no litoral dessa região viviam de extrativismo vegetal, da pesca e de escambo, e, ainda, da agricultura de subsistência.

Ao lado destes fatores econômicos pode-se alinhar as razões de política internacional com a indefinição dos espaços de cada uma das nações ibéricas.

E, no âmbito interno, cabe registrar que as Capitanias de Martim Afonso de Sousa e de Pero Lopes de Sousa foram administradas por seus loco-tenentes e capitães-mores.

Paralelamente, após a morte de Pero Lopes de Sousa e do seu filho do mesmo nome e pelo testamento da única descendente deste último, D. Isabel de Lima de Souza e Miranda, coube a gestão ao seu primo Lopo de Sousa, com o que não se conformou D. Luiz de Castro, Conde de Monsanto, gerando, assim, pendência judicial conhecida como "Questão Vimieiro-Monsanto".

Em continuação, pela linha sucessória, o 6º Conde de Monsanto recebeu o título de Marquês de Cascaes, por Carta de 19 de novembro de 1643, outorgada por D. João IV.

A disputa prossegue e a Carta Régia de 11 de janeiro de 1692 confirma a doação da Capitania de Santo Amaro e Terras de Sant'Ana ao 7º Conde de Monsanto e 2º Marquês de Cascaes, a quem o abastado bandeirante José de Gois e Moraes propôs a compra da Capitania.

Dentro da sua linha política a Coroa Portuguesa resolveu adquirir a Capitania e o fez por quarenta e quatro mil cruzados, assinando-se a respectiva escritura de venda, a 19 de setembro de 1711, do que se fez termo na Câmara Municipal da Cidade de São Paulo, a 25 de fevereiro de 1714.

Deve-se esclarecer que, anteriormente, em tempo algum, tinha havido demarcação do território desta Capitania.

6. A Hegemonia Portuguesa – a sua Estruturação e a Geopolítica Pombalina

Pouco a pouco vai se firmando a hegemonia portuguesa sobre a região platina.

Há vários passos que precisam ser apontados.

Em primeiro lugar a Bula do Papa Inocêncio XI, de 22 de novembro de 1676, estendendo os limites da Diocese do Rio de Janeiro até o Rio da Prata.

Coincidentemente, Francisco Dias Velho assenta o primeiro alicerce da povoação de Nossa Senhora do Desterro (hoje Florianópolis) e, na mesma ocasião, o vicentista Domingos de Brito Peixoto e sua gente se dirigem para fundar Santo Antônio dos Anjos da Laguna.

E, em 1680, o Governador do Rio de Janeiro, Manoel Lobo, com 400 pessoas, dirige-se ao Rio da Prata e na sua margem setentrional, funda a Colônia do Sacramento, defronte à cidadela castelhana de Buenos Aires.

A Colônia do Sacramento apesar dos assédios dos espanhóis e da intranqüilidade da sua existência, com constantes tomadas e retomadas até 1777, passa a ter explorado os seus arredores e, da mesma forma, os homens de Laguna marcham para o sul e passam a arrebatar o gado chucro existente nas campinas adjacentes, onde vão se fixar os companheiros de Brito Peixoto estabelecendo as primeiras estâncias no "Continente do Rio Grande".

Inicia-se, deste modo, um melhor conhecimento do interior da região sul e tem-se, em 1703, o roteiro de Domingos Filgueiras que descreve o percurso, que levava quatro meses, da Colônia à Laguna, incluídos os dias em que as muitas chuvas obrigavam a se deter.

Iniciando em 1728 e terminado em 1731 o "caminho dos Conventos" aberto por Francisco de Souza e Faria e consolidado por Cristovão Pereira de Abreu e ao longo do qual se fixam pousos, fazendas de criação e funda-se a vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lagens, a mando do Morgado de Mateus, D. Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, por Antonio Correa Pinto, em 1771, ficando-se o pelourinho.

Acrescente-se que esta fundação estava dentro do quadro geopolítico orientado pelo Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal.

Paralelamente, para dar sustentação à Colônia do Sacramento era recomendado a Manoel Gonçalves de Aguiar que estudasse o litoral, o que o fez em 1711 e 1714, pormenorizando não só os acidentes geográficos, mas dizendo das condições de defesa da região.

A Colônia do Sacramento, entretanto, ficava isolada e longe das demais povoações portuguesas e tornava-se dificultosa a sua defesa e o seu abastecimento, apesar da letra do Tratado de Utrecht (1715), que estabeleceu a sua entrega a Portugal.

Assim, a Coroa Portuguesa preparou, simultaneamente, o conhecimento geográfico do Brasil Meridional pelos estudos dos "Padres Matemáticos", Diogo Soares e Domingos Capacci, da Cia. de Jesus, que, em 1729, iniciavam o trabalho no Brasil, traçando, então, mapas, que, dali por diante, melhor garantiam a Portugal a defesa e a posse das terras meridionais do Brasil.

Ao Brigadeiro José da Silva Paes, no Governo do Rio de Janeiro, coube assistir à Colônia em 1736, ocasião em que conheceu o litoral

catarinense e o do "Continente de São Pedro do Rio Grande", e no retorno coube-lhe fundar a vila de "São Pedro do Rio Grande", erigindo o forte "Jesus, Maria, José" (1737), e, em seguida (1738) era criada da Capitania da Ilha de Santa Catarina, cabendo a Silva Paes o seu governo (1739-1749).

Ficava, assim, estabelecida, em linhas gerais a hegemonia portuguesa no Brasil Meridional, dentro da geopolítica pombalina, que se vai fortalecer com a migração de insulanos, açorianos e madeirenses.

7. Açorianos e Madeirenses Firmam o "*Uti Possidetis*"

Pouco referida no contexto das migrações brasileiras, por ter sido um fato do período colonial e por outro lado, ter sido produzida por gente de língua e nacionalidade portuguesa, a contribuição açoriana e madeirense foi expressiva à formação da identidade brasileira.

A expressividade dessa imigração para o Brasil Meridional, em pleno século XVIII, não fora merecedora de estudos mais aprofundados, até recentemente.

Os autores açorianos e madeirenses simplesmente davam uma ou outra informação, sem aprofundar a matéria. Os estudiosos do Brasil-Sul tratavam do assunto a partir do conhecimento da documentação existente, nos seus arquivos, bastante reduzida.

Daí sentirmos a necessidade de aprofundamento das investigações arquivais e de leitura crítica da documentação recolhida.

A imigração açórico-madeirense para o Brasil Meridional tem dois tipos de fundamentação: os fundamentos sócio-econômicos que influíram sobre a gente dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira e os fundamentos políticos, que representam a ação da monarquia portuguesa.

Das nove Ilhas do Arquipélago dos Açores oito são vulcânicas, com solos basálticos e sujeitas a erupções e a tremores de terra, excetuando-se a Ilha de Santa Maria.

O Arquipélago da Madeira tem, também, formação de origem vulcânica.

Sobre o vulcanismo no Arquipélago dos Açores há registros a partir de 1444 e esses sismos provocam intranqüilidade entre os açorianos, de forma que, em 1720, já há pleito para que fossem transportados para o Brasil, e se procede, então, um alistamento na Ilha do Pico, onde são inscritas 1.435 pessoas e de modo favorável se pronunciam outras Câmaras Municipais das diversas Ilhas.

Outros fatores sociais e econômicos podem ser aduzidos.

As Ilhas dos Açores estão superpovoadas. Em média há cerca de 130 habitantes por quilômetro quadrado, devendo-se, ainda, considerar a topografia das Ilhas. À superpopulação devem ser relacionadas as constantes crises alimentares, notadamente quanto à produção de trigo e de cevada.

A superpopulação, o sistema fundiário e a fraca produção agrícola geraram empobrecimento daquelas populações, de tal forma que as autoridades eclesiásticas tiveram que lhes dar atenção especial e os denominam "mal-enroupados" – para não dizer nus –, no tocante à assistência ao culto, notadamente à obrigação dominical.

Na Madeira, o problema é de superpopulação, relacionado à mão-de-obra agrícola.

Avolumam-se, em Lisboa, os dados necessários para o coroamento do empreendimento e o homem escolhido é o Brigadeiro José da Silva Paes, nomeado em 1735, para servir no Brasil.

Encarregado para auxiliar Gomes Freire de Andrade no Governo do Rio de Janeiro, principalmente quanto às fortificações e obras de engenharia civil, vai ter uma atuação bem dinâmica. Assim, em 1738, é ordenado a Silva Paes que fortifique a Ilha de Santa Catarina, o que faz, e incontinentemente, solicita a Lisboa que mande gente que povoe aquela Ilha e o continente que lhe é adjacente produzindo alimentos e complete a sua guarnição e, nominalmente se refere aos açorianos – pois, em 1720, tivera a oportunidade de conhecer aquela gente, em serviço na Ilha Terceira.

O planejamento dessa grande migração coube, primordialmente ao Conselho Ultramarino, em que dois nomes pontificaram nas resoluções a respeito do assunto: Alexandre de Gusmão, ministro de

D. João V, é Rafael Pires Pardinho, desembargador, que servira como Ouvidor na Capitania de São Paulo – com jurisdição no sul do Brasil e fora, também, Intendente de Diamantes, em Minas Gerais.

Veja-se, pois, como se pode melhor analisar tal ação.

Pela Resolução Régia de 7 de agosto de 1746 foram definidas as formas de executar, preliminarmente, a grande migração.

Assim, o Rei de Portugal atendendo "a representação dos moradores das Ilhas dos Açores, com que me pediam mandar tirar dellas o numero de casaes para as partes do Brasil, que fosse mais preciso".

Foram, a partir daí, estabelecidas as formas de alistamento daqueles que desejavam, na forma de edital, onde se estabeleciam as condições dessa migração: o transporte à custa da Fazenda Real, "não só por mar mas também por terra até os citios que se lhes destinarem", bem como fixou as idades-limites, quer para os homens, quer para mulheres, estabeleceu a ajuda-de-custo que receberiam ao chegar ao seu destino e, da mesma forma, as ferramentas, as sementes, os animais, "hum quarto de legoa em quadra", além do sustento durante um ano.

O Corregedor da Comarca da Ilhas (dos Açores), a quem esteve afeto o alistamento enviou às Câmaras sob sua jurisdição cópias do edital, datado de 31 de agosto de 1746, onde se estabeleciam as descrições somáticas de cada alistado e onde se ficava determinado que as aludidas Câmaras em vereação, dentre os alistados em sua circunscrição, escolheriam três nomes para Capitães, Alferes e Sargentos das Companhias de Ordenanças que se formassem então e que serviriam no Brasil.

O alistamento totalizou 7.817 pessoas.

Foi pelo Conselho Ultramarino elaborado um "Regimento dos transportes".

Este instrumento normativo estabelecia quem organizaria os transportes – no caso o Corregedor das Ilhas –, como seriam as normas de conduta e quem as fiscalizaria, como se alojariam homens e mulheres e como se velaria pela boa segurança das mulheres, a condução dos alimentos ao alojamento das mulheres, onde só entraria,

em caso de doença, o Cirurgião e o Capelão, as mulheres só teriam acesso ao tombadilho para ouvir missa em "lugar mais visinho ao altar".

Como se vê pelos demais tópicos daquele Regimento há muito cuidado com a moral de bordo.

O Brigadeiro José da Silva Paes, a 5 de agosto de 1738, fora nomeado para organizar as defesas da Ilha de Santa Catarina, o que dá início em março de 1739, quando nela desembarca e passa a governar a Ilha e o seu continente fronteiro, incluído o Rio Grande de São Pedro, o que ocorre até 2 de fevereiro de 1749.

Para acomodar os "casais" açorianos foi expedida Provisão Régia datada 9 de agosto de 1747, dirigida a Gomes Freire de Andrade, Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, a quem se subordinava a "Capitania da Ilha de Santa Catarina", onde se têm minuciosas instruções de como se deve receber os açorianos e madeirenses. Fixam-se, então, normas para o abastecimento de farinhas e de peixes aos imigrantes; declaram-se as medidas para o pagamento das ajudas-de-custo prometidas e determina-se ao Brigadeiro José da Silva Paes que escolha "na mesma Ilha como nas terras adjacentes desde o Rio de São Francisco até o Serro de São Miguel, e no certão correspondente" as terras próprias para "fundar logares em cada um dos quaes se estabelecção pouco mais ou menos sessenta casas".

De outro lado a referida Provisão Régia estabelece como serão urbanizados tais locais, com a fixação da igreja e uma praça fronteira e a forma de arruamento.

Determina, ainda, aquele documento que logo os "casas" estejam situados se lhes entregue duas vacas e uma égua e para a comunidade quatro touros e dois cavalos.

Foi, ainda, instruído o Brigadeiro Silva Paes para levantar em cada local uma Companhia de Ordenança, pois os oficiais haviam sido escolhidos pelas Câmaras das respectivas Ilhas açorianas.

Por outro lado o espiritual também foi cuidado e, para tanto, foram alertados, quer os Bispos do Funchal e de Angra, bem como o de São

Paulo – a quem se subordinava naquele momento o território que se ocupava, “que se há de constituir em cada Igreja d'estas hum Vigario”, fixando-se-lhe os direitos (congruas).

Feito o alistamento foi contratado o “transporte” para o que foram estabelecidas normas, quer para os transportadores, através dos “assentos” (contratos), quer para os transportados, como se viu.

Deve-se considerar que o transporte, dadas as condições das embarcações na época e considerando a duração da viagem e as quantidades de pessoas a serem transportadas mereceram atenção máxima das autoridades portuguesas.

Os “assentos” foram disputados entre comerciantes e armadores das Ilhas dos Açores e de Lisboa.

O “Contrato do Tabaco”, gerido por Feliciano Velho Oldenberg, já, anteriormente (1744), tivera o privilégio de conduzir, dos Açores para o Brasil, um navio.

Esse mesmo Feliciano Velho Oldenberg vai a 7 de agosto de 1747 assinar com a Coroa o “assento”, constante de 24 cláusulas, para efetivar o transporte de 1.000 pessoas para Santa Catarina. É o princípio de uma epopéia...

Tal “assento” trata do que devia conduzir, da segurança das embarcações, da acomodação dos “casais” a bordo, da rota a seguir e o tempo de permanência nas Ilhas para receber os “casais”, das rações a bordo, sobre a partida e a justificativa das demoras, do embarque de pessoas em Lisboa e o preço do seu transporte, dos trastes de cada pessoa transportada, sobre a alimentação a bordo e o seu preparo, sobre o preço do transporte para a Ilha de Santa Catarina, sobre a dieta dos doentes a bordo, sobre a fiscalização dos alimentos, sobre a sindicância que deveria efetuar o Governador da Ilha de Santa Catarina concernente a cada um dos transportes, sobre a assistência médica a bordo, sobre o atendimento religioso, sobre a capacidade dos pilotos das embarcações, sobre o retorno do navio e as possíveis arribadas, sobre a venda das sobras de mantimentos, sobre o adiantamento ao assentista do preço do transporte e, finalmente, sobre o conhecimento pelos “casais” do aludido “assento”.

Com pequenas modificações este tipo de "assento" permanecerá vigendo, nos posteriores e sucessivos contratos, como se verá, a seguir:

Contrato	Data da Partida	Nome da Embarcação	Capitão ou Mestre do Navio	Nº Maiores Embarcados	Nº Menores Embarcados	Mortos no Mar	Chegados	Data da Chegada	Obs.
Feliciano Velho Odenberg 1 000 pessoas - 07.08.1747	21/10/1747	Jesus Maria José	Luís Lopes Godeinho	214	22	-	-	06/01/1748	
	21/10/1747	Sra Ana e Senhor do Bonfim	Pedro Lopes Arraya	216	21	12	461	06/01/1748	
	16/10/1748	Jesus Maria José	Luís Lopes Godeinho	233	47	36	239	07/01/1749	
	16/10/1748	São Domingos e Almas	Pedro Lopes Arraya	276	34	73	208	07/01/1749	
	01/10/1749	Jesus Maria José	Pedro Lopes Arraya	217	29	13	233	21/12/1749	
									Total transportados: 1 141 pessoas
Contrato do Tabaco	09/04/1749	Nazca Sra. das Maravilhas, São Antonio e Almas		59	-	-	59	07/09/1749	Madeirenses (sem discriminação de idades)
Francisco de Souza Fagundes 4 000 pessoas - 01.07.1749	04/09/1749	Sra. Ana e Sr. do Bonfim	Francisco Manoel de Lima	220	-	-	-	20/12/1749	Sem discriminação de idades
	04/09/1749	N. Sra. da Conceição e Porto Seguro	José Lopes Silva	480	-	-	-	25/12/1749	Sem discriminação de idades
		Bom Jesus dos Perdões e N. Sra. do Rosário	Manoel Correa Frega	600	-	234	1 086	01/01/1750	Sem discriminação de idades
	04/09/1749	Sra. Ana e Sr. do Bonfim		239	19	0	-	18/12/1750	
		N. Sra. da Conceição e Porto Seguro		482	52	8	-	12/01/1751	
	04/09/1749	Sr. do Bonfim e N. Sra. Rosário		600	67	17	1.434	07/01/1751	
		Bom Jesus dos Perdões e N. Sra. do Rosário	Custódio Francisco	600	-	-	-	1752	
	13/11/1753	N. Sra. da Conceição e Porto Seguro	Pedro Lopes Arraya	480	44	-	-	1752	
		Bom Jesus dos Perdões e N. Sra. do Rosário	Custódio Francisco	603	40	-	-	02 1754	
13/11/1753	N. Sra. da Conceição e Porto Seguro	Pedro Lopes Arraya	500	-	-	-	02 1754	Total transportados: 1.141 pessoas	
Francisco Souza Fagundes 1 000 pessoas - 28.09.1754									
Francisco Souza Fagundes José Correa Lisboa 500 pessoas - 26.09.1754	26/04/1756	N. Sra. da Conceição e Porto Seguro	Custódio Francisco	502	18	520	-	-	Madeirenses (nufrágio no litoral da Bahia)

Duas observações devem ser, aqui, efetuadas.

A viagem dos 59 madeirenses, de 1749, foi devido à insistência dos alistados, mormente, do Capitão Henrique Cesar Berenguer, apesar de, na Ilha da Madeira, haver mais de duas mil pessoas alistadas e tal se fez com navio do "Contrato do Tabaco".

No tocante ao contrato de 28 de setembro de 1751 com Francisco de Souza Fagundes não se encontrou documentação dos transportes efetuados, a não ser do pagamento que lhe era devido e foi efetuado.

Tem-se, pois, que se localizaram na Ilha de Santa Catarina mais de seis mil açorianos e 59 madeirenses face aos "assentos" efetuados pela Coroa Portuguesa.

Estes "casaes" -- também chamados "casaes de número" ou "casaes d'El Rei" -- formaram comunidades que foram se estabelecendo ao longo do litoral catarinense e na própria Ilha de Santa Catarina.

A partir de 1752, os açorianos que primeiramente se fixaram em Santa Catarina dadas as dificuldades encontradas, vão ser encaminhados ou se encaminham, por conta própria, para o Rio Grande de São Pedro.

Por outro lado a "diáspora" se dará, também, com as gerações vindouras, quando formarão, quer em Santa Catarina, que no Rio Grande do Sul, novas comunidades.

E daí alcançam o território da Província Cisplatina (hoje República do Uruguai) e forçados pela capitulação do Rio Grande de São Pedro às tropas de D. Pedro de Cevallos (1763) fundam as povoações de São Carlos e Maldonado e, posteriormente, quando da invasão da Ilha de Santa Catarina (1777), quando aprisionou e encaminhou para Buenos Aires mais de 500 soldados luso-brasileiros.

Desse movimento migratório podem-se, desde logo, conhecer algumas resultantes, como a formação de novas comunidades.

A estas comunidades, desde a sua implantação, tiveram organização político-administrativa devido às Companhias de Ordenanças, que, apesar dos aspectos militares, funcionavam, localmente, como chefias políticas.

As populações que migraram trouxeram, além dos valores demográficos, valores culturais.

No que se refere aos valores demográficos deve-se dizer que muitas das "freguesias" (comunidades) iniciais vão crescer populacionalmente e procurar novas áreas para seu estabelecimento.

No que tange à preservação da cultura ancestral, que tem merecido alguns estudos, deve-se salientar as formas artesanais (confecção de renda-de-bilro, utilização de teares manuais, métodos de fabricação de cerâmica utilitária, etc.), além de manifestações religiosas (culto ao

Divino Espírito Santo, com seus "impérios" e sua tradicional organização: a coroação do Imperador, a distribuição de comida – "bodos" – aos pobres) tem-se, ainda, a permanência de traços na literatura oral, no adagiário e no vocabulário.

Os açorianos e os madeirenses que migraram para o Brasil Meridional consolidaram, com a sua presença, a hegemonia iniciada com a fixação da Colônia do Sacramento e posteriormente acentuada com as assinaturas dos Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777).

8. A Afirmção Militar Lusitana – Fortificações e Tropas

"*Si vis pacem para bellum*" – é um aforisma latino = Se queres paz prepara-te para a guerra.

A não demarcação da linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494, e a não conclusão da demarcação dos limites estabelecidos pelo Tratado de Madri, em 1750, e as continuadas disputas pela Colônia do Sacramento fazem com que tanto Portugal quanto Espanha estejam sempre em pé-de-guerra.

A organização militar portuguesa foi estabelecida por D. João III, pela Lei de 9.12.1569 que "obrigava os fidalgos, cavaleiros ou escudeiros a todos, em suma, que não eram das ínfimas classes sociais, a ter um certo número de cavalos de guerra, lanças, arcabuzes e outros armamentos".

Sob a direção ou comando dos Capitães-mores de Ordenanças Portugal é dividido em distritos de recrutamento, em cada um dos quais se formavam companhias de ordenanças, organizadas sob o comando de um capitão de ordenanças, um alferes, um sargento, um meirinho e um escrivão, em dez esquadras de 25 homens, inclusive o respectivo cabo, perfazendo, portanto, 250 homens. Formavam-se, também, Companhias de Cavalos.

Após cessar a "União Ibérica" (1580-1640), com a "Restauração", organizam-se os terços com 2.000 homens, comandados por um Mestre-de-Campo, auxiliado por um adjunto de mestre-de-campo, um sargento-mor, dois ajudantes, etc. Eram os terços divididos em

companhias de 200 homens e a cavalaria constituía-se de companhias de 100 cavalos. Os artilheiros não formavam um corpo e sim eram elementos especializados existentes na infantaria.

Em 1708 há uma reorganização com a edição de "Regimento para o Exército".

No Reinado de D. João V desaparecem os terços que são substituídos por Regimentos, que são comandados por um coronel, auxiliado por um tenente-coronel, um sargento-mor, dois ajudantes e um cirurgião, e é formado por doze companhias, das quais uma é de Granadeiros, com 50 praças, um capitão, dois alferes, sargentos e cabos.

A cavalaria tem companhia de 40 homens, inclusive o capitão, dois alferes, um furriel e dois cabos.

A artilharia também é organizada em regimentos de 12 companhias, das quais uma é de mineiros, e duas ficam diretamente comandadas pelo coronel e pelo tenente-coronel.

Em 1735, é dada nova organização ao Exército Português e é a vigente no momento da criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina (1738), quando se estabelece que a infantaria terá batalhões de dez companhias de 60 homens e a cavalaria regimentos com 12 companhias de 50 cavalos.

É sob a égide dessa organização militar que os açorianos e madeirenses chegam a Santa Catarina, trazendo a organização das Companhias de Ordenanças, cujos oficiais já haviam sido escolhidos pelas Câmaras Municipais das Ilhas dos Açores.

Tal corpo de tropa é, também, denominado "milícias da terra".

O Brigadeiro José da Silva Paes ao fundar o forte "Jesus, Maria, José", na barra do Rio Grande (1737) o faz dentro da estrutura vigente e, assim, cria, ali, o "Regimento de Dragões".

Ao ser nomeado para o Governo da Capitania da Ilha de Santa Catarina era, também, encarregado de sua fortificação e a inicia com as fortalezas de São José da Ponta Grossa, Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio dos Ratores, na barra norte da Ilha de Santa Catarina, completada com a de Nossa Senhora da Conceição da

Barra do Sul, e, mais tarde, ampliado com os fortes de São João e de Santa Ana no Estreito, e os fortins de São Luís e São Francisco Xavier da Praia de Fora e o de Santa Bárbara, na Prainha, além do Forte da Barra da Lagoa da Conceição.

Para que estas fortificações tivessem guarnição aproveitou o Brigadeiro Silva Paes a pequena guarnição existente e arregimentou homens e recebeu reforços de outras guarnições, estruturando, inicialmente, um batalhão, que, desde o seu início, realizou campanhas no Rio Grande de São Pedro, a partir de 1750, e ali esteve, incessantemente, de 1763 a 1776, enfrentando os espanhóis.

Tal Batalhão, em 1776, foi transformado em Regimento com o título de Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina, desarticulado com a invasão espanhola na Ilha, em 1777/1778 e, em seguida, reorganizado, quando realizou a chamada "Campanha das Missões", que é a definitiva incorporação das antigas "reduções" guaraníticas ao território brasileiro (1803-1820).

A ele se deve a crescente incorporação do Rio Grande de São Pedro ao domínio português no Brasil meridional, além do papel social que exerceu pelo seu labor e pela adoção de instrução profissional aos seus homens, dando-lhes condições de sobrevivência diante dos constantes atrasos nos pagamentos de seus soldos.

9. A Geopolítica Espanhola

Os espanhóis face ao Tratado de Utrecht (1715), estudam a fundação de Maldonado, aconselhando ao seu Rei o envio de gente das Canárias, da Galícia e de Nápoles.

Por outro lado toda a Bacia do Prata estava, em 1730, dentro do vastíssimo território do Vice-Reino do Peru, que abarcava, assim, boa parte da América Meridional, do Pacífico ao Atlântico.

Para fazer face ao avanço português, efetivado com fundação da Colônia do Sacramento, fundam os espanhóis, no ano de 1730, Montevideo, com boa guarnição militar, bem artilhada, além de ser local de um bom porto.

Face ao Tratado de Madri (1750) os jesuítas que dirigiam as "reduções" (povoados indígenas, às margens do rio Uruguai), colocam estas em confronto com as expedições demarcadoras de limites, procurando estabelecer o predomínio espanhol na região do Prata.

A defesa das "reduções" pelos jesuítas, na ótica de D. Pedro Cevallos (D. Pedro Antonio Cevallos Cortes y Calderón, 1715-1778), não constituía um problema para Espanha, pois ele os considerava espanhóis e o único inimigo era, pois, Portugal.

Carlos III, da Espanha, desde meados de 1776, havia fixado as ações para a instalação do Vice-Reinado do Rio da Prata.

D. Pedro Cevallos, já designado Governador e Capitão General do Rio da Prata, estivera na Ilha de Santa Catarina em 1756, onde permanecera tempo suficiente – 56 dias – para conhecer todos os seus recantos e, principalmente, o seu sistema defensivo, enquanto o navio "Panteón", em que estava embarcado sofria reparos, ao passo que as outras embarcações seguiam para Buenos Aires.

Havendo o Tratado de Madrid sido anulado pelo Tratado de "El Pardo" (12.02.1761), o que era revigorado pelo "Pacto de Família" (11.08.1761) do qual resulta o Tratado de Paris (10.02.1763) e tinha Cevallos condições de articular uma campanha militar contra Portugal, no extremo-sul do Brasil.

Deste modo, com um corpo de dois mil "criollos" atravessa o Rio da Prata e ataca a Colônia do Sacramento e ali se lhe juntam mil e duzentos indígenas das "reduções" jesuíticas.

Estava Cevallos preparando para o ataque quando recebeu a notícia do rompimento de relações entre Portugal e Espanha e fez recrudescer os ataques até a capitulação daquela Praça portuguesa, havendo onze mortos espanhóis e vinte portugueses e, respectivamente, quinze e dezoito feridos.

Preparou-se, de imediato, Cevallos para invadir o "Continente de Rio Grande de São Pedro", iniciando a campanha pelo assédio e tomada da Colônia, restava a "fronteira" do Rio Pardo comandada pelo Cel. Tomás Luís Osório.

Barra do Sul, e, mais tarde, ampliado com os fortes de São João e de Santa Ana no Estreito, e os fortins de São Luís e São Francisco Xavier da Praia de Fora e o de Santa Bárbara, na Prainha, além do Forte da Barra da Lagoa da Conceição.

Para que estas fortificações tivessem guarnição aproveitou o Brigadeiro Silva Paes a pequena guarnição existente e arregimentou homens e recebeu reforços de outras guarnições, estruturando, inicialmente, um batalhão, que, desde o seu início, realizou campanhas no Rio Grande de São Pedro, a partir de 1750, e ali esteve, incessantemente, de 1763 a 1776, enfrentando os espanhóis.

Tal Batalhão, em 1776, foi transformado em Regimento com o título de Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina, desarticulado com a invasão espanhola na Ilha, em 1777/1778 e, em seguida, reorganizado, quando realizou a chamada "Campanha das Missões", que é a definitiva incorporação das antigas "reduções" guaraníticas ao território brasileiro (1803-1820).

A ele se deve a crescente incorporação do Rio Grande de São Pedro ao domínio português no Brasil meridional, além do papel social que exerceu pelo seu labor e pela adoção de instrução profissional aos seus homens, dando-lhes condições de sobrevivência diante dos constantes atrasos nos pagamentos de seus soldos.

9. A Geopolítica Espanhola

Os espanhóis face ao Tratado de Utrecht (1715), estudam a fundação de Maldonado, aconselhando ao seu Rei o envio de gente das Canárias, da Galícia e de Nápoles.

Por outro lado toda a Bacia do Prata estava, em 1730, dentro do vastíssimo território do Vice-Reino do Peru, que abarcava, assim, boa parte da América Meridional, do Pacífico ao Atlântico.

Para fazer face ao avanço português, efetivado com fundação da Colônia do Sacramento, fundam os espanhóis, no ano de 1730, Montevideo, com boa guarnição militar, bem artilhada, além de ser local de um bom porto.

Face ao Tratado de Madri (1750) os jesuítas que dirigiam as "reduções" (povoados indígenas, às margens do rio Uruguai), colocam estas em confronto com as expedições demarcadoras de limites, procurando estabelecer o predomínio espanhol na região do Prata.

A defesa das "reduções" pelos jesuítas, na ótica de D. Pedro Cevallos (D. Pedro Antonio Cevallos Cortes y Calderón, 1715-1778), não constituía um problema para Espanha, pois ele os considerava espanhóis e o único inimigo era, pois, Portugal.

Carlos III, da Espanha, desde meados de 1776, havia fixado as ações para a instalação do Vice-Reinado do Rio da Prata.

D. Pedro Cevallos, já designado Governador e Capitão General do Rio da Prata, estivera na Ilha de Santa Catarina em 1756, onde permanecera tempo suficiente – 56 dias – para conhecer todos os seus recantos e, principalmente, o seu sistema defensivo, enquanto o navio "Panteón", em que estava embarcado sofria reparos, ao passo que as outras embarcações seguiam para Buenos Aires.

Havendo o Tratado de Madrid sido anulado pelo Tratado de "El Pardo" (12.02.1761), o que era revigorado pelo "Pacto de Família" (11.08.1761) do qual resulta o Tratado de Paris (10.02.1763) e tinha Cevallos condições de articular uma campanha militar contra Portugal, no extremo-sul do Brasil.

Deste modo, com um corpo de dois mil "criollos" atravessa o Rio da Prata e ataca a Colônia do Sacramento e ali se lhe juntam mil e duzentos indígenas das "reduções" jesuíticas.

Estava Cevallos preparando para o ataque quando recebeu a notícia do rompimento de relações entre Portugal e Espanha e fez recrudescer os ataques até a capitulação daquela Praça portuguesa, havendo onze mortos espanhóis e vinte portugueses e, respectivamente, quinze e dezoito feridos.

Preparou-se, de imediato, Cevallos para invadir o "Continente de Rio Grande de São Pedro", iniciando a campanha pelo assédio e tomada da Colônia, restava a "fronteira" do Rio Pardo comandada pelo Cel. Tomás Luís Osório.

A campanha militar se estende de 1763 a 1776, ocupando as forças espanholas todo o litoral do "Continente do Rio Grande de São Pedro", e tendo iniciado a ação bélica pela conquista do forte de Santa Teresa e não prosseguiu devido ao advento da paz entre as duas Coroas Ibéricas.

Cevallos, com os luso-brasileiros espalhados nos campos ao redor daquele forte, os reuniu na povoação de São Carlos.

Com título de Vice-Rei do Rio da Prata Cevallos chefia uma grande expedição para atacar o sul do Brasil, nomeado seu Comandante Geral (25.07.1776) e, para tanto, tendo embarcado, em Cadiz (13.11.1776).

As "Instruções" que recebeu era de reconquista aos portugueses a região do "Continente do Rio Grande" e, especialmente, a Ilha de Santa Catarina, e, neste sentido, trazia 8.000 homens da infantaria, 600 dragões, 400 artilheiros, um destacamento de operários de obras civis, uma brigada de dez engenheiros e trens de artilharia e tudo numa esquadra que teve o seu comando entregue ao Marquês de Casa Tilly e era composta de mais de cem embarcações.

A expedição partiu de Cadiz (13.11.1776), passou pelas Canárias, enfrentou uma dispersão (10.12.1776), face a forte temporal, sendo reagrupada na Ilha de Ascensão e após aprisionar embarcações portuguesas que transportavam óleo de baleia, a 7, 8 e 9 de fevereiro, e tendo conhecimento da real situação das forças portuguesas na Ilha de Santa Catarina, resolveu atacá-la.

A 20 de fevereiro Cevallos passa para uma embarcação menor, a fragata "Margarita", na qual reconheceu as enseadas da Ilha de Santa Catarina e os fortes. E, a 23, desembarcaram na praia de Canasvieiras.

No dia 24 – diz Cevallos – foi efetuado um reconhecimento do forte de São José da Ponta Grossa e fora o oficial espanhol recepcionado na praia pelo "Comandante da Artilharia que havia sido abandonado pela Guarnição".

E foram ocupadas, a 25, as fortalezas de Santa Cruz de Anhatomirim e Santo Antônio de Ratonos e, a 26, os oficiais espanhóis informaram

que a vila de Nossa Senhora do Desterro havia sido abandonada à própria sorte.

O Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria propôs a Cevallos, a 28 de fevereiro, que os oficiais das guarnições fossem enviados ao Rio de Janeiro, no que o Comandante espanhol concordou, ficando, entretanto, como presas de guerra as bandeiras e as tropas.

O Comandante – em – chefe das tropas portuguesas, o Marechal de Campo Antônio Carlos Furtado de Mendonça, e o Governador da Capitania de Santa Catarina, Pedro Antonio da Gama Freitas, abandonaram a cidade-capital e se homizaram na planície do rio Cubatão.

O que foi a entrega da Ilha de Santa Catarina aos espanhóis, sem qualquer resistência e as peripécias dos defensores luso-brasileiros abandonados por seus superiores hierárquicos emergem do "Auto da devassa da tomada da Ilha de Santa Catarina" pelos espanhóis, em 1777.

Ressaltam-se a falta de brio e honra militar do Tenente José Henriques, comandante da artilharia do Forte de São José da Ponta Grossa, facilitando aos castelhanos o acesso, pela retaguarda, àquela fortificação, e, assim, desarticulando o sistema de defesa da Ilha de Santa Catarina, "de fogos cruzados", permitindo às forças navais de Cevallos o ingresso às águas interiores da sua Baía, sem disparar um só tiro de canhão, os desacertos e desinteligências entre o Comandante de Armas, Furtado de Mendonça, e o Governador da Capitania, Gama Freitas, com a covardia demonstrada, ao retirarem-se para o "sítio do Cubatão" e, ainda, o conluio, nas tratativas para assinatura da capitulação, gestiona da pelo Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, que se passou para os espanhóis e os acompanhou a Buenos Aires.

Em contrapartida a altaneria dos oficiais e soldados – brasileiros e portugueses – que, acovardados pelos seus superiores, não os deixando empunhar armas e submetendo-os a uma rendição covarde, os fez desertar e sofrer agruras da mais diversa qualidade ou, então, deixou-os ao arbítrio de Cevallos, que aprisionou 523 soldados e os conduziu para a região entre Buenos Aires e Tucuman.

A poesia popular registrou e guardou:

"Saiu Dom Pedro Sabaio
no seu cavalo alazão
os castelhanos adiante
como tropa de ladrão".

As conseqüências sociais e culturais são sentidas até hoje, notadamente na orla litorânea catarinense.

10. Uma Migração Espontânea: os Canários

Como se via, por razões político-estratégicas, as Coroas Ibéricas – Espanha e Portugal – precisavam povoar e, dentro do direito do "*uti possidetis*", firmar a posse em seus domínios americanos.

Assim, já no século XVIII, a Espanha pensava em encaminhar à América os seus insulares das Ilhas Canárias.

Desta forma as Ilhas de Tenerife, La Palma, Gomera, Hierro, Gran Canaria, Lanzarote, Graciosa e Fuerteventura apresentam alguns aspectos que ajudam a entender a conjuntura migrantista nos séculos XVIII e XIX, em suas várias causas, como a alta taxa demográfica, a seca com os seus efeitos devastadores no setor produtivo agrícola, notadamente na Ilha de Lanzarote, associado ao sistema de controle da água de rega, bem como a pressão fiscal e a evasão ao serviço militar.

Até a década de 40 do século XIX a migração canária teve a seguinte distribuição nas Américas: 83,08% para Cuba, 7,93% para Venezuela, 2,08% para o Uruguai, 1,68% para Porto Rico, 0,48% para a Argentina, 0,24% para o México e 0,21% para o Brasil, isto quanto à imigração legal.

Nos registros oficiais brasileiros há anotações daqueles que se fixaram em terras catarinenses, notadamente na área litorânea, ou aqueles que batizaram seus filhos, nascidos em alto mar, em paróquias catarinenses, como o foi o caso de D. Jacinto Vera, primeiro bispo de Montevideo.

Sabe-se que há estudos sobre tais levas migratórias no Uruguai e na Argentina e que, em seus caminhos, passaram pelo litoral sul-brasileiro e deixaram descendências, especialmente de naturais da Ilha de Lanza-rote, entretanto, outras investigações devem ser levadas a efeito.

11. A Miscigenação e a Aculturação de Outros Grupos Étnicos (Século XIX)

A partir da instalação da Corte Portuguesa no Brasil (1808) há a oportunidade de estrangeiros de nações amigas se estabelecerem no território brasileiro, desde que professassem a religião católica, o que, entretanto, não obistou o ingresso de gente das mais variadas confissões religiosas, mesmo na vigência da Constituição de 1824.

E possível, pois, então a migração de suíços (1816), falantes outros de língua alemã (1824), falantes de língua italiana, notadamente do Reino das Duas Sicílias (1836).

No caso específico dos dois últimos grupos deve-se atentar para as ligações matrimoniais da Casa Real de Bragança com aqueles da Áustria, pelo casamento do Príncipe D. Pedro – 1º do Brasil e 4º de Portugal – com a Princesa Dona Leopoldina – e com a Casa das Duas Sicílias, pelo casamento do nosso D. Pedro 2º com D. Teresa Cristina.

Assim, vários grupos de falantes de língua alemã se fixam no Brasil Meridional, em 1824, nas colônias de S. Pedro de Torres e da “Estrada da Mata” (hoje as cidades de Mafra e Rio Negro) e, em 1829, na Colônia “São Pedro de Alcântara”, na então Província de Santa Catarina.

Em 1836, imigrantes de língua italiana se fixam na Colônia “Nova Itália”, também na Província catarinense.

Em ambas as áreas de colonizações já existiam elementos luso-brasileiros e se iniciam os processos de miscigenação e aculturação.

Por todo o século XIX outros grupos alemães, italianos – estes em expressiva maioria –, poloneses, libaneses e de muitas outras etnias da Europa Mediterrânea e Central, bem como elementos africanos,

notadamente bantus, se fixam no sul do Brasil e se miscigenam e se aculturam, fazendo com que se tenha, hoje, um Brasil de múltiplas características étnico-culturais!

Entretanto, nesses processos de miscigenação e aculturação se firma a cultura lusitana!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABADIE-AICARDI, Anibal. La relacion exacta versificada de la expedición de Cevallos a Santa Catarina y el Plata (1776-1777). *Historiografia e bibliografias americanistas*, Sevilha, v. 18 (2-3): 153-194, 1974.
- _____. *A Ilha de Santa Catarina na primeira expedição do Governador Cevallos ao Rio da Prata (1756)*. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, tese para concurso, 1982.
- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*. 4. ed. Rio de Janeiro : Sociedade Capistrano de Abreu, 1954.
- ALMEIDA, Aluísio de (pseud. de Luiz Castanho de Almeida). Os caminhos do sul e a feira de Sorocaba. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 186, p. 96-173, 1945.
- _____. *Vida e morte do tropeiro*. São Paulo : Martins, 1981.
- ARCINIEGAS, Germán. La Carta de Vespucci "Mundus Novus". *Fraternidade e Abnegação*, Lisboa, v. 1, p. 507-532, 1999.
- ASSUNÇÃO, Fernando O. Da conquista da colônia por D. Pedro Cevallos : destruição da praça, transmigração, extermínio da tropa e povo português etc... *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 160, n. 404, p. 569-600, jul.-set. 1999.
- BALDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade (história da imigração italiana no Brasil: os vênetsos em Santa Catarina)*. Florianópolis : UFSC, 1999.
- BAPTISTA, Washington. *Los inmigrantes lusitanos y su genealogia*. Montevideo, 8ª Reunion Americana de Genealogia, 1999.
- BARBA, Enrique M. *Don Pedro de Cevallos*. Buenos Aires : Editorial Rioplatense, 1978.
- BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : EST, 1997.
- BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, balsas e balseiros no rio Uruguai*. Florianópolis : UFSC, 1991.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial : o governo do Morgado de Mateus em São Paulo*. São Paulo : Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.

- BOITEUX, Colbert Demaria. *A descoberta do Brasil por Cabral não foi obra do acaso*. Rio de Janeiro : Fund. Bênçãos do Senhor, 1999.
- BOITEUX, Henrique. Almt. O Falanstério do Saí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, v. 12, p. 47-90, 1. sem. 1944.
- BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a história catarinense*. Florianópolis : Livraria Moderna, 1912.
- _____. João Dias de Solis. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 4: 51-64, 1916.
- _____. Sebastião Caboto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 5: 26-43, 1916.
- _____. Os patriarcas dos carijós. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 6: 126, 1917.
- _____. *Toponômastica da costa catarinense no século XVI*. Rio de Janeiro : Imprensa Naval, 1937.
- _____. *Santa Catarina no século XVI*. Florianópolis : Imprensa Oficial do Estado, 1950.
- _____. Açorianos e madeirenses em Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 219, 1953.
- _____. Figuras do passado catarinense : o capitão-mor Domingos de Brito Peixoto. *Anuário Catarinense*, Florianópolis, 1954.
- BORGES-FORTES, João. Gal. *Casaes*. Porto Alegre : [s.n.], 1932.
- _____. *Rio Grande de São Pedro : povoamento e conquista*. Rio de Janeiro : Bloch, 1941.
- BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória política sobre a Capitania de Santa Catarina*. 2. ed. Lisboa : Academia de Ciências, 1829.
- _____. _____. 3. ed. Lisboa : Academia de Ciências, 1932.
- BROWNE, George Philip. *Government immigration policy in imperial Brazil, 1822-1870*. Ann Arbor : University Microfilms, 1973.
- BUENO, Eduardo. *A viagem do descobrimento : a verdadeira história da expedição de Cabral*. Rio de Janeiro : Objetiva, 1998.
- _____. *Náufragos, traficantes e degredados : as primeiras expedições ao Brasil*. Rio de Janeiro : Objetiva, 1998.
- _____. *Capitães do Brasil : a saga dos primeiros colonizadores*. Rio de Janeiro : Objetiva, 1999.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. *Os açorianos*. Florianópolis : Imprensa Oficial do Estado, 1950.
- CALIXTO, Benedito. Capitania de Itanhaem. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 20, p. 401-744, 1915.
- _____. Capitâncias paulistas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 21 (1916-1921), p. 89-302, 1924.

- CASTRO, Eugênio de. A expedição de Martim Afonso de Sousa. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 29, p. 143-171, 1932.
- CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul* : período colonial. Porto Alegre : Globo, 1970.
- COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. A expansão portuguesa e as bulas pontifícias. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 155 (384): 526-540, jul.-set. 1994.
- COELHO, Manuel Joaquim d'Almeida. *Memória histórica do extinto Regimento de Infantaria de Linha da Ilha de Santa Catarina*. Desterro : Catarinense, 1853.
- _____. *Memória histórica da Província de Santa Catarina*. 2. ed. Desterro : J. Lopes, 1877.
- CORTESÃO, Jaime. *Cabral e as origens do Brasil* : ensaio de topografia histórica. Rio de Janeiro : Ministério das Relações Exteriores, 1944.
- _____. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro : Ministério das Relações Exteriores, 1951. 9 tomos.
- _____. *A política de sigilo nos descobrimentos*. Lisboa : [s.n.], 1960.
- _____. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro : Ministério de Relações Exteriores – Instituto Rio Branco, 1965. 2v.
- DIEGUES JOR., Manoel. *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro : Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/INEP/MEC, 1960.
- DOMINGUES, Francisco Contente. A política de sigilo e as navegações portuguesas no Atlântico. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, v. 45, tomo I, p. 189-220, 1987.
- DOMINGUES, Moacyr. *A Colônia do Sacramento e o sul do Brasil*. Porto Alegre : Sulina, 1973.
- EHLKE, Ciro. *A conquista do planalto catarinense*. Rio de Janeiro : Laudes, 1973.
- FREITAS, Divaldo Gaspar de. *As repercussões do descobrimento do Brasil*. São Paulo : Coleção Museu Paulista, 1975. (Série História).
- FURLAN, Oswaldo Antônio. *Influência açoriana no português do Brasil em Santa Catarina*. Florianópolis : UFSC, 1989.
- GARCIA, Júlio Hernandez. La migracion Canária en el siglo XIX. In: TORRES, Agustin Millares (Org.). *História Geral de las Islas Canárias*. v. 5. Las Palmas de Gran Canária : EDIRCA, [19—]. p. 101-111.
- GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas* : um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer* : camponeses trentinos (venetos e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis : UFSC, 1987.
- _____. *Colonie imperiali nella terra del caffè (contadini trentini veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane*. Trento : Effe e Erre, 1987.

- _____. *Dove cresce l'arucaria dal Primiero a Novo Tyrol (contadini trentini veneti e lombardi) nelle foreste brasiliane*. Trento : Effe e Erre, 1989.
- GUEDES, Max Justo. As primeiras expedições de reconhecimento da costa brasileira, *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro, SDGM, v. 1, t. 1, 1975.
- JOCHEM, Toni Vidal. *Pouso dos imigrantes*. Florianópolis : Papa-Livro, 1992.
- LAYTANO, Dante de. A estância. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 241, 1958.
- LEÃO, Ermelino Agostinho de. A ouvidoria de Paranaguá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 15 (1910), p. 275-290, 1912.
- MADRE-DE-DEUS, Gaspar da. Fr. *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*. São Paulo : Melhoramentos, 1954.
- MAGALHÃES, João Batista. Cel. História da evolução militar do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, IV Congresso de História Nacional, Anais, Rio de Janeiro, v. 6, p. 351-607.
- MARCHANT, Alexandre. *Do escambo à escravidão : as relações econômicas de portugueses e índios na colonização do Brasil, 1500-1580*. São Paulo : Ed. Nacional, 1943. (Coleção Brasileira).
- MAURO, Frederic. Do pau brasil ao açúcar, estruturas econômicas e instituições políticas, 1530-1580. *Revista de Ciência do Homem*, Lourenço Marques, 4: 1-7, 1971.
- MENEZES, Avelino de Freitas de. Os ensaios de organização política e seus resultados: as ilhas como modelo experimental de governo à distância. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, v. 53: 577-592, 1995.
- _____. A preponderância econômica de São Miguel e o engrandecimento de Ponta Delgada : a conjuntura de meados do século XVII. *Colóquio comemorativo dos 450 anos da cidade de Ponta Delgada*, Actas, Ponta Delgada, p. 105-140, 1999.
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Dominação espanhola no Rio Grande do Sul, 1763-1777. *Revista Militar Brasileira*, Rio de Janeiro, ano 25 (2-4), 1935, v. 34, ano 26 (1), 1936, ano 26 (2), 1936.
- MORENO, Humberto Baquero. O papel da diplomacia portuguesa no Tratado de Tordesilhas. *Fraternidade e Abnegação*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, v. 1, p. 571-587, 1999.
- OLIVEIRA, Didymea Lazzaris de. *Por um pedaço de terra* : Luiz Alves. Itajaí : Ed. da Univali, 1997.
- PAIVA, Joaquim Gomes d'Oliveira e. Pe. *Notícia geral da Província de Santa Catarina*. Desterro : Regeneração, 1873.
- PIAZZA, Walter F. *A colonização italiana em Santa Catarina*. Florianópolis : Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.
- _____. *A igreja em Santa Catarina* : notas para sua história. Florianópolis : Imprensa Oficial do Estado, 1977.

- _____. *A colonização de Santa Catarina*. 2. ed. Porto Alegre : BRDE, 1982.
- _____. _____. 3. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1988.
- _____. _____. 3. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1994.
- _____. *Santa Catarina : sua história*. Florianópolis : UFSC, 1983.
- _____. *O Brigadeiro José da Silva Paes estruturador do Brasil meridional*. Florianópolis : UFSC, 1988.
- _____. Canários no sul do Brasil (século XIX). *VIII Colóquio de História Canário-Americana*, 1988, Actas, Las Palmas de Gran Canária, tomo 1, p. 297-308, 1991.
- _____. *A epopéia açóric-madeirense (1747-1756)*. Florianópolis : UFSC, 1992.
- _____. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis : Garapuvu, 1999.
- _____. Fontes para estudo da História do Brasil-Meridional (século XVIII). *Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Anais, Curitiba, 1999.
- PIZA, Antônio de Toledo. Estudos históricos : questões de divisas entre os estados do Paraná e Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 2 (1896-1897), p. 153-196, 1898.
- _____. O processo Vimieiro-Monsanto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, (1899-1900), p. 141-150, 1901.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande : FURG, 1987.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. José de Góes e Moraes, o paulista que quase comprou São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, 22(86): 373-387, abril-junho 1971.
- RIBEIRO, João Alberto de Miranda. Cel. Corografia de Santa Catarina. (Documento original no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). Dante de Laytano (Org. e Publ.). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 245, 1960.
- RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides brasileiras*. Rio de Janeiro : Ministério das Relações Exteriores, 1946.
- RODRIGUES, José Damião. *Poder municipal e oligarquias urbanas : Ponta Delgada no século XVII*. Ponta Delgada : Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994. 2v.
- SANTOS, Roselys Isabel Correa dos. *A terra prometida : emigração italiana : mito e realidade*. Itajaí : Ed. da Univali, 1998.
- SILVA, José Gonçalves dos Santos. *Subsídios para a história da Província de Santa Catarina*. (manuscrito inédito em poder do IHGSC).
- SILVA, Leonardo Dantas. O descobrimento do Brasil, antes de Pedro Álvares Cabral. *Notícia bibliográfica e histórica*, Campinas, a.31, 172:55-79, jan-mar 1999.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. São Paulo : Ed. Nacional, 1937. 2v. (Coleção Brasileira).
- SOUZA, Thomaz Oscar Marcondes de. *O descobrimento do Brasil*. São Paulo : Ed. Nacional, 1946. v. 253. (Coleção Brasileira).

- SPALDING, Walter. *Gênese do Brasil-Sul*. Porto Alegre : Sulina, 1953.
- TAUNAY, Afonso d´E. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo : Melhoramentos, 1951. 2v.
- TRIAS, Rolando A. Laguarda. A viagem de Martim Afonso de Souza. In: *História Naval Brasileira*, Rio de Janeiro, SDGM, v. 1, t. 2, 1975.
- VAT, Odulfo van der. Fr. OFM. *Princípios da Igreja no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1952.
- VIEIRA, Alberto. As riquezas novas e os novos mercados de procura e venda : as Ilhas Atlânticas. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, v. 53: 593-656, 1995.
- _____. As Ilhas Atlânticas. Lisboa : Correios de Portugal, 1995.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. Cel. *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre : EST, 1979.
- ZAVALA, Sílvio. La partición del mundo en 1493. *Fraternidade e Abnegação*. Academia Portuguesa de História, Lisboa, v. 2, p. 1259-1269, 1999.